



IGEPREV reconhece como segurados servidores contratados no período 83/88

Resolução 005/2010, editada pela Diretoria Executiva do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, reconhece como segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado, os servidores públicos estatutários não estáveis, desde que tenham sido contra-

tados por prazo indeterminado, entre o período de 1983 e 1988, pelo Regime da CLT ou como serviços prestados, regidos pelo Regime Estatutário (Lei 5.810/94). O IGEPREV justifica a medida, considerando, entre outros pontos, a Orien-

tação Normativa MPS/SPS nº 1/2007, de observância obrigatória pelos regimes próprios de previdência social dos Estados, o qual determina a filiação ao RPPS de algumas categorias de estatutários não estáveis.
(Cad. 1 - Pág. 13)

Comissão de resíduos

O Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA) por intermédio da Portaria 433/2010, altera a Comissão do Programa de Gerenciamento de Resíduos da Fundação HEMOPA, passando a mesma a ser composta pelos Hemocentros Coordenador Belém, Hemocentros Regionais de Castanhal, Marabá e Santarém, e pelos Núcleos de Abaetetuba, Altamira, Capanema, Redenção e Tucuruí.
(Cad. 3 - Pág. 6)

PMPA convoca candidatos

A Polícia Militar do Pará (PMPA) torna pública a convocação de candidatos *sub judice* para realização dos exames antropométrico e médico do concurso público de admissão ao Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar.
(Cad. 2 - Pág. 8)

Membro do CONSUP

A Polícia Civil, pela Portaria 001/2010, abre inscrição no período de 30 dias, a contar desta publicação, para membro do Conselho Superior da Polícia Civil do Estado (CONSUP). A portaria estabelece os requisitos para o delegado habilitar-se ao processo seletivo.
(Cad. 2 - Pág. 6)

Brasão oficial do Estado

Instrução Normativa 002/2010, editada pela Defensoria Pública, determina a obrigatoriedade do uso do brasão oficial do Estado (modelo do anexo I), nos papéis de expediente, nos convites, nas publicações oficiais e demais documentos oficiais de tramitação interna e externa. Já a logomarca da Defensoria Pública (anexo II) será utilizada unicamente no material de divulgação e propaganda institucional, desde que autorizado pelo Gabinete do Defensor.
(Cad. 1 - Pág. 8)

Concurso da Polícia Civil

A Secretaria de Estado de Administração (SEAD), em conjunto com a Polícia Civil, divulga a convocação dos candidatos *sub judice* para realização dos exames médicos do concurso público para provimento de vagas em cargos de nível superior da carreira de policial do quadro da Polícia Civil do Estado.
(Cad. 1 - Pág. 10)

Autores paraenses

O Stand da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ (IOEPA), instalado na XIV Feira Pan-Amazônica do Livro, está vendendo livros de autores paraenses e edições do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.

A História no Diário Oficial

MAGALHÃES BARATA (CCLII)

Ainda a respeito do veto total do governador Joaquim de Magalhães Cardoso Barata ao Projeto de Lei nº. 21, que concedia abono de emergência aos servidores civis e militares, encaminhado ao executivo para efeito de sanção e promulgação.

O governador em suas razões argumentava que: "o aumento de vencimentos ficará subordinado à elevação dos tributos a serem arrecadados pelo Estado, conforme mensagens enviadas a essa Casa e, devidamente transformadas em lei".

Continuava o governador em suas razões: "se a entrada em vigor de novas bases de impostos só começa a produzir efeito 2 ou 3 meses depois e tendo havido, como foi determinado pelo meu ilustre substituto, retardamento no início da vigência do novo imposto de vendas e consignações, é claro que o erário público ainda não se encontra em condições de atender à despesa com o aumento de vencimentos, assim como também do abono proposto no projeto ora em estudo, que só esse é da ordem de 14 milhões de cruzeiros mensais".